



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Orçamento, Finanças e Administração
Pública

Assunto: Audição, com carácter de urgência, da Senhora Secretária de Estado da Habitação, da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais e do Senhor Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana sobre cortes ou atrasos no recebimento do apoio extraordinário à renda.

O apoio extraordinário à renda foi apresentado pelo Governo anterior, através do Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, como um “apoio eficaz” para fazer face à crise da habitação. Este apoio aplica-se a um conjunto de cidadãos elegíveis, cujos agregados familiares tenham uma taxa de esforço superior a 35%, com rendimentos até ao sexto escalão do IRS (38 632 euros), podendo chegar aos 200 euros mensais. O apoio é atribuído com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária (AT), Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Falamos muitas vezes de pensionistas e desempregados que necessitam deste apoio.

No entanto, acumulam-se as notícias, bem como as denúncias recebidas pelo Bloco de Esquerda, de cortes significativos ou mesmo a completa falta de recebimento do apoio à renda, empurrando as pessoas para situações de quase incumprimento e mesmo de risco de perda de habitação.

Convergem cenários muito diferentes, não estando claro os diferentes universos, como se sobrepõem, e o que falha em cada um. A todos é urgente dar resposta.

Contamos as mais de 35 mil pessoas que foram consideradas elegíveis, mas que não recebem o apoio por não terem conta bancária, segundo o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2023. Contamos as pessoas que relatam o insucesso na recuperação do apoio apesar da alteração da lei pelo atual Governo para pessoas que se mantêm na mesma casa e viram o seu contrato de arrendamento ser renovado pelo senhorio depois de 15 de março de 2023. Contamos com as que cumprem com os critérios, mas que não conseguem aceder ao subsídio por falha dos senhorios na declaração das rendas e comunicação dos contratos de arrendamento à AT.

E contamos também os relatos mais recentes e alarmantes de inquilinos que, apesar de manterem os seus rendimentos e contrato de arrendamento, perderam o apoio sem qualquer justificação. O IHRU reconhece que 87 mil pessoas deixaram de receber apoio face ao ano passado, justificando que deixaram de reunir as condições necessárias. Contudo, os muitos relatos pessoais desmentem a alteração da sua situação. Acresce ainda que quem tenta contactar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e a Segurança Social para obter esclarecimento sobre a sua situação desesperante, não obtém qualquer resposta. Ficam, assim, por apurar a totalidade de motivos para os cortes relatados e a falta de contacto.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, da Senhora Secretária de Estado da Habitação, da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais e do Senhor Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

As deputadas do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua e Marisa Matias

07 de fevereiro de 2025.